



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

**RESOLUÇÃO Nº 41/2025**

*Altera disposições da Resolução nº 32/2021 da  
Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da  
Paraíba.*

**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

**CONSIDERANDO** o dever de contínuo aperfeiçoamento da normatização interna e do disposto aos Núcleos de Justiça 4.0

**CONSIDERANDO** a necessidade de completa adequação das normas internas ao disposto nas Resoluções nº 385/2021 e 398/2021 do Conselho Nacional de Justiça,

**CONSIDERANDO** deliberação tomada pelo Órgão Especial em sua 18ª Sessão Ordinária Administrativa, pauta suplementar II, de 22 de outubro de 2025;

**CONSIDERANDO** o constante dos autos do processo nº 015343-95.2025.8.15,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar a [Resolução nº 32, de 20 de agosto de 2021](#), que dispõe sobre a instituição dos Núcleos de Justiça 4.0, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Paraíba e dá outras providências, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

*Art. 1º .....*

*§ 3º A instalação dos Núcleos de Justiça 4.0 será regulada em resolução própria do Tribunal de Justiça, que especificará a sua modalidade e as matérias de competência de cada núcleo, contando com um Juiz, que o coordenará, e com, no mínimo, dois outros juízes."*

*Art. 2º .....*

*§ 5º A oposição do demandado à tramitação do feito pelo "Núcleo de Justiça 4.0" poderá ser feita na oportunidade processual regular das partes suscitarem a incompetência do juízo, bem como na forma prevista no art. 340 do Código de Processo Civil.*

*.....*

*Art. 6º .....*

*.....*

*§ 10. A escolha do Juiz Coordenador de cada Núcleo de Justiça 4.0 competirá à Presidência do Tribunal de Justiça, dentre os magistrados escolhidos na forma deste artigo.*

*§ 11. Para os Núcleos de Justiça 4.0 instituídos na forma do art. 3º, poderão ser designados Juízes desvinculados de unidades judiciais ou Juízes lotados em*

*unidades judiciais com distribuição inferior aos parâmetros estabelecidos no art. 9º da Resolução CNJ nº 184/2013, independentemente de Edital.*

*Art. 7º Ato da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba poderá dispor sobre o prazo de designação de magistrado para atuar no Núcleo de Justiça 4.0, observado o limite mínimo de 01 (um) ano e máximo de 02 (dois) anos, permitindo-se reconduções desde que atendido o disposto no art. 6º.*

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.  
Sala das Sessões do Órgão Especial, datado e assinado eletronicamente.

**Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho**  
**Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba**

Este texto não substitui o publicado no DJe em 24.10.2025.